



PROJETO EXEMPLAR
**Centro
de Convívio
ampliado
em São Brás**

página 6



FREGUESIA DA LUZ
**Termas
do Carapacho
no "mapa"
do turismo**

página 3



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 50 . outubro/2023 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+



Governo dos Açores



PORTUGAL
2020



UNião Europeia
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe no seu futuro rural

FOTOGRAFIA NUNO SÁ

PROGRAMA MAR 2030

O MERGULHO DA REGIÃO NA ECONOMIA AZUL

A diretora regional das Pescas e coordenadora do programa MAR 2030 nos Açores, Alexandra Guerreiro, defende uma verdadeira economia azul. O oceano, fonte de inovação e de melhor rendimento para os pescadores, é para preservar. A estratégia será adaptada às comunidades locais. páginas 4 e 5





FÁTIMA AMORIM
Vice-presidente do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Estratégia de Desenvolvimento Local, um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos territórios

Para um desenvolvimento local com sucesso necessitamos da participação ativa dos atores locais. O trabalho em parceria e de proximidade permite que se encontrem soluções inovadoras, que possibilitem a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, estimulando o empreendedorismo, favorecendo a criação de emprego e a melhoria das infraestruturas.

Vivemos tempos de grandes transformações e desafios, sendo fundamental que as comunidades e os atores locais procurem estratégias para promover o desenvolvimento do seu território de uma forma harmoniosa e sustentável.

Durante os meses de julho e agosto, a GRATER trabalhou em parceria com diversos atores locais, nas ilhas Graciosa e Terceira, para a preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), a ser implementada no seu território de intervenção, no período 2023-2027.

Com a estratégia de desenvolvimento local pretende-se dar continuidade ao trabalho realizado ao longo de mais de 25 anos, de forma a continuar a contribuir para promover o crescimento económico e social do seu território de intervenção, Graciosa e Terceira, através da capacitação da população, do incentivo à participação ativa da comunidade e da valorização do território.

A EDL pretende dar especial atenção aos projetos que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para a concretização das metas definidas no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia do Prado ao Prato. Pretende-se assim, contribuir para 14 objetivos específicos: Gerar emprego em meio rural; Aumentar o investimento e a dinâmica económica; Melhorar a viabilidade e competitividade dos negócios existentes; Contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Melhorar a atratividade do território para turistas; Promover o empreendedorismo e a valorização dos saberes e ofícios tradicionais; Contribuir para a fixação da população; Densificar os serviços básicos para a população rural; Contribuir para a conservação e valorização do património rural; Contribuir para a preservação do património cultural; Reforçar a capacidade organizacional das comunidades; Contribuir para aumentar a cooperação transnacional e interterritorial; Contribuir para aumentar a produção de energia a partir de recursos renováveis; e Contribuir para a diversificação de atividades nas explorações agrícolas.

Pretende-se assim, apoiar a criação de emprego e rendimento, com um foco especial nas questões relacionadas com a sustentabilidade económica e social no território de intervenção.

Para a prossecução destes objetivos foram selecionadas medidas, nomeadamente o prémio à criação de empresas rurais, o apoio ao investimento para a criação e desenvolvimento de empresas, a criação de serviços básicos para a população, apoio a Investimento que promova a inclusão social, investimento na preservação, valorização e/ou dinamização do património e investimentos que contribuam para a transição energética.

As políticas públicas devem ser direcionadas para atender às necessidades específicas de cada território, considerando as suas potencialidades, a sua cultura, os seus recursos naturais e a sua capacidade produtiva, entre outros aspetos.

A preparação de uma estratégia de desenvolvimento local é um processo que exige uma reflexão profunda sobre o território, e que requer planeamento, recursos, parcerias sólidas e o compromisso de todos os atores locais para alcançar resultados positivos, contribuindo para o desenvolvimento económico, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.

O desenvolvimento local é uma necessidade urgente para garantir o futuro das nossas comunidades e dos territórios. O trabalho em parceria e o envolvimento de toda a comunidade são essenciais para superar desafios e construir um futuro promissor. Contamos convosco para promover ações que impulsionem o desenvolvimento local, tornando o território de intervenção da GRATER e as suas comunidades mais fortes, resilientes e sustentáveis.

Eixos estratégicos propostos pela GRATER ao PEPAC Açores

A GRATER é uma associação sem fins lucrativos criada em 21 de julho de 1995, tendo como objeto a promoção, apoio e realização de um aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas e exógenas dos concelhos que integram a sua área de atuação, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa, tendo em vista o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida das populações.

O Regulamento (EU) n.º 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, define que os Grupos de Ação Local são responsáveis pela elaboração e execução das Estratégias de Desenvolvimento Local.

No final do mês de agosto, a GRATER, submeteu à Autoridade de Gestão do PEPAC Açores, a candidatura para reconhecimento de Grupos de Ação Local e seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local, para o período 2023-2027.

A Estratégia de Desenvolvimento Local, da GRATER, pretende dar continuidade e aprofundar o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos vários períodos de programação, no âmbito do LEADER, e simultaneamente, estimular linhas de atuação integradas e de caráter inovador, maximizando a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas diagnosticados no contexto da prossecução dos objetivos ao crescimento inteligentes, sustentável e inclusivo.

A Estratégia de Desenvolvimento Local (2023-2027) definida assenta nos seguintes eixos estratégicos e intervenções.

EIXO I. Empregabilidade, competitividade e sustentabilidade

• Intervenção E.16.1.1 - Prémio à instalação de empresas rurais – Objetivos: Incentivar a criação de empresas rurais em determinados setores de atividade; Fixar os jovens em meio rural; Gerar emprego em meio rural; Promover o empreendedorismo e a valorização dos saberes e ofícios tradicionais.

• Intervenção E.16.1.2 - Apoio à criação e/ou desenvolvimento de empresas em meio rural – Objetivos: Diversificar as atividades agrícolas e pecuárias, nomeadamente através do incentivo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações, permitindo criar fontes de rendimento para os produtores assim como gerar emprego em meio rural; Diversificar e qualificar o tecido empresarial, através da promoção do empreendedorismo, da economia social, da valorização dos saberes e ofícios tradicionais, do artesanato e da sua modernização e reforço dos fatores de competitividade das empresas existentes. Promover a economia circular; Potenciar atividades ligadas ao turismo; Promover a criação de emprego estável e sustentável; Promover a neutralidade carbónica; Promover a transformação e inclusão digital do tecido empresarial; Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Eixo II – Serviços básicos de apoio à população

• Intervenção E.16.1.3 - Gestão sustentável

de infraestruturas e serviços de base – Objetivos: Melhorar a atratividade dos territórios; Fixar a população no meio rural; Reforçar a rede de equipamentos e respostas turísticas e de lazer existentes no território; Promover o empreendedorismo e a valorização dos saberes e ofícios tradicionais; Dinamizar serviços de animação cultural e recreativa de base local; Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

• Intervenção E.16.1.4 - Apoio à criação ou modernização de respostas sociais para a inclusão social – Objetivos: Criar respostas sociais para públicos-alvo específicos, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza; Reforçar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes no território; Criar serviços de proximidade; Melhorar condições de acessibilidade e mobilidade das populações; Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

EIXO III Património Cultural, Ambiente e Sustentabilidade - Preservar e proteger o ambiente natural e cultural e promover a utilização sustentável dos recursos

• Intervenção E.16.1.5 - Preservação, valorização e/ou dinamização do património – Objetivos: Melhorar a atratividade dos territórios; Reforçar a rede de equipamentos culturais; Promover a preservação, conservação e recuperação da identidade cultural específica do território; Reconverter e refuncionalizar o património edificado da zona de intervenção de forma a reutilizá-lo com novas finalidades; Dinamizar a cultura local; Promover a valorização dos saberes e ofícios tradicionais; Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

• Intervenção E.16.1.6 - Transição para uma sociedade mais verde – Objetivos: Melhorar a atratividade dos territórios; Promover a transição energética e um espaço rural mais amigo do ambiente; Reforçar a rede de equipamentos e respostas verdes; Promover a preservação e conservação da biodiversidade dos recursos naturais existentes; Promover a sustentabilidade ambiental; Fomentar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

EIXO IV. Promoção da cooperação e do envolvimento dos atores locais na implementação da EDL

Neste contexto, a Estratégia de Desenvolvimento Local continua a reforçar o trabalho de proximidade e parceria que têm vindo a ser desenvolvido pela GRATER e pelos seus parceiros, tendo por base os 7 princípios da abordagem LEADER:

- Estratégias locais de desenvolvimento por zona;
- Abordagem ascendente no que diz respeito à elaboração e execução de estratégias;
- Parcerias locais dos setores público e privado: grupos de ação local;
- Ações integradas e multissetoriais;
- Inovação;
- Cooperação;
- Ligação em rede.

ESPAÇO ASSOCIADO

FREGUESIA DA LUZ

As termas do Carapacho como “âncora” do Turismo

Na Luz, Graciosa, encontram-se as termas do Carapacho. Estão a “meio gás”, mas podem ser um motor de desenvolvimento, afirma o presidente da junta de freguesia.

George Lobão, presidente da Junta de Freguesia da Luz, nasceu nos Estados Unidos da América. Quando a família regressou à ilha Graciosa, nunca mais pensou em sair da terra dos pais e dos avós.

Em 2013, concorreu ao cargo e cumpre agora o terceiro e último mandato, afirma, “sempre imbuído da vontade de fazer mais e melhor”, também em campos como o turístico.

É na Luz que estão as termas do Carapacho. George Lobão acredita que podem ser “uma estrutura âncora” para outros pequenos investimentos na área do alojamento e da restauração.

“Existem algumas intenções que poderiam colocar a freguesia da Luz no mapa das zonas de interesse turístico. São os casos do parque de campismo, da piscina termal exterior e de uma área destinada ao Glamping, que, como se sabe, está a ter um sucesso enorme como oferta diferenciada de alojamento que dá a possibilidade de usufruir da natureza”, conta. O autarca defende que o Carapacho “merecia ter em execução um plano de pormenor que ajudasse a ordenar aquele local aprazível”.

Por agora, afirma, as termas estão a “meio gás”. George Lobão reitera que “foram feitos diversos investimentos naquela estrutura que tem de estar em pleno funcionamento” e que “seria, também, muito importante recuperar o protocolo com o Instituto de Reumatologia para consultas médicas de especialidade”.

As termas podem ser um cartaz turístico da ilha e uma mais-valia para a região, mas há trabalho a fazer: “A Graciosa nunca perdeu



essa marca, mas a prestação de serviços termais tem sido intermitente, o que não é bom para ninguém, muito menos para a imagem que a ilha quer ter em termos turísticos”.

A desertificação

A Luz, segundo os censos de 2021, tem 632 habitantes, menos 7,5% do que em 2011. “A população está muito envelhecida e essa realidade implica esforços redobrados no apoio aos idosos”, diz o presidente da junta de freguesia.

George Lobão considera que poderá ser importante desenvolver o apoio social aos idosos. “O papel do Centro Social poderia muito bem crescer na sua importância, nomeadamente com a criação de um pequeno lar para idosos, já que há procura para isso”, diz.

Para George Lobão, o maior desafio que existe

pela frente é a desertificação humana. “Problema que partilhamos com as restantes freguesias da ilha e com muitas da região e isso só se pode contrariar com investimento, quer privado, quer público. Só podemos fixar pessoas, sobretudo jovens, se houver habitação e essa é outra lacuna que me preocupa muito”, aponta.

Mesmo assim, abrem-se oportunidades não só no turismo, mas também na agricultura. “A criação do Perímetro de Ordenamento Agrário de S. Mateus / Luz vai permitir o emparcelamento rural, a construção de infraestruturas, como os caminhos agrícolas, abastecimento de água e eletricidade às explorações agrícolas da freguesia”, refere.

George Lobão considera que os projetos que a junta de freguesia tem em mente vão necessitar do apoio de entidades como a GRATER e outras. “Como se sabe, os recursos das juntas são escassos”, lembra.

Na Luz, uma parte significativa da população dedica-se à agricultura e às pescas, duas das atividades económicas mais importantes da ilha. Quem lá for encontra também um “club de futebol e uma filarmónica que muito têm feito pelos luzenses, especialmente os mais jovens”, assinala.

Para o autarca, a localidade é única, por isso mesmo nunca pensou deixá-la. “A Luz é a única freguesia da Graciosa em que se consegue observar todo o grupo central dos Açores e isso dá a ideia de que estamos menos sós. A população, apesar de humilde e trabalhadora, é exímia a receber bem quem nos visita”.



ENTREVISTA

ALEXANDRA GUERREIRO, DIRETORA REGIONAL DAS PESCAS

“A importância da atividade da pesca é indiscutível”

A diretora regional das Pescas defende, numa entrevista sobre o programa MAR 2030, a promoção de uma Economia Azul “ativa”, que garanta o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida dos profissionais do mar.

O programa MAR 2030 inclui a meta de promoção da pesca sustentável e a conservação dos recursos marinhos. Qual o ponto de implementação do programa?

A Região Autónoma dos Açores lançou os primeiros Avisos no âmbito do Programa MAR 2030, em julho e setembro, para as candidaturas ao Regime de Compensação dos Custos Adicionais para os Produtos da Pesca da Região Autónoma dos Açores para os anos de 2021 e 2022, respetivamente, relativos à Prioridade 1, que visa fomentar a pesca sustentável e a restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos, no seu Objetivo Específico 1.5 para a promoção de condições equitativas para os produtos da pesca e da aquicultura nas regiões ultraperiféricas, permitindo apoiar compensações por custos adicionais suportados pelos operadores nas atividades de pesca, cultura, transformação e comercialização de certos produtos da pesca e da aquicultura das regiões ultraperiféricas. A direção regional das Pescas, no âmbito da Prioridade 1, prevê lançar, no início de 2024, os avisos relativos ao Objetivo Específico 1.1. Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental, e 1.2. Aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO2 mediante a substituição ou modernização dos motores dos navios de pesca. Importa ressaltar que, relativamente à Prioridade 1 do Programa MAR 2030, apenas foram aprovados os critérios de seleção do Objetivo Espe-



cífico 1.1. Reforçar as atividades de pesca sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental, 1.2. Aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO2 mediante a substituição ou modernização dos motores dos navios de pesca, 1.3. Cessação definitiva das atividades de pesca e cessação temporária das atividades de pesca e 1.5 Compensação dos custos adicionais suportados pelos operadores da Região Autónoma dos Açores ao nível da produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca.

O programa tem como objetivos a aposta na aquicultura sustentável e na promoção de novos produtos da pesca. Qual o trabalho que está a ser desenvolvido neste sentido e que produtos terão potencial na região?

A produção aquícola na Região Autónoma dos Açores foi alavan-

cada pelo programa Mar 2020, com projetos inovadores que garantiram financiamento para o desenvolvimento de técnicas aquícolas para produção de diversos produtos. Destacamos o investimento no conhecimento sobre as técnicas de cultivo (reprodução, maternidade e pré-embrião) de lírio (*Seriola dumerili*) e a produção de Spirulina. O programa MAR 2030, para valorizar a produção e promover a segurança alimentar, prevê, através da Prioridade 2 - Fomentar atividades de aquicultura sustentáveis e a transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura, contribuir para a segurança alimentar da União, capacitar as empresas de aquicultura e as da transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, reforçar a sua competitividade e dinamizar a sua internacionalização, através da conquista de novos mercados e do aumento das

exportações, apoiar investimentos inovadores que incrementem a qualidade da produção aquícola e o valor acrescentado dos produtos da pesca, que reforcem o desempenho económico e ambiental do setor, promovam a digitalização, a economia circular e a transição energética. Importa destacar que o Tecnopolo MAR-TEC incluirá, entre outras valências, o Centro de Aquicultura dos Açores para o desenvolvimento científico-tecnológico de métodos de inovação em aquicultura, de reduzido impacto do ponto de vista ambiental, para a melhoria do bem-estar animal ou novos métodos de produção; a criação ou introdução no mercado de novas espécies aquícolas com potencial de mercado; a introdução de processos novos ou melhorados e a promoção de uma utilização sustentável dos recursos.

A pesca e as atividades ligadas a

este setor podem ser um motor de criação de emprego nos Açores?

A importância da atividade da pesca é indiscutível como um setor de produção primária de elevado valor económico e social, essencial para o abastecimento alimentar, de importância vital para a preservação dos valores culturais e que serve de âncora a diversas atividades conexas. Conscientes que o Mar dos Açores está sob crescentes pressões antropogénicas associadas ao crescimento de atividades emergentes na área da economia do mar, que resultam em imposições europeias com objetivos concretos de conservação da biodiversidade, torna-se imperativo a tomada de medidas que garantam uma gestão espacial informada de todas as atividades. A promoção de uma Economia Azul ativa e adaptada, que garanta o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida e segurança dos profissionais do mar, é condição fundamental. Os importantes desafios que o setor da pesca enfrenta têm implicações sociais e económicas. Contudo, convictos que a pesca é uma atividade sustentável, a direção regional das Pescas ambiciona a modernização e a inovação que permita a sua competitividade, bem como a valorização dos produtos da pesca. Assim, é para nós fundamental garantir o bom estado de conservação dos recursos e a saúde dos ecossistemas, melhorar o conhecimento científico e a capacitação dos ativos da pesca. Acreditamos, desta forma, ser possível construir soluções viáveis e justas que combatam a sobrepesca e que consigam responder às imposições europeias relativas à conservação dos recursos marinhos que proporcionarão um legado seguro, atrativo, rentável e responsável para as futuras gerações de pescadores.

Tendo em conta que o diploma sobre as áreas marinhas protegidas é entregue na Assembleia Legislativa dos Açores no próximo mês, de que forma a proteção de 30% do mar açoriano, meta definida pelo Governo Regional, se enquadra nos objetivos do MAR 2030?

A estratégia europeia para a conservação da biodiversidade determina que todos os Estados Membros devem proteger 30% do mar até 2030. Neste sentido, o programa MAR 2030 prevê, através do Objetivo Específico 1.3. promo-



ver o ajustamento da capacidade pesqueira no caso de cessão permanente da capacidade pesqueira e contribuir para padrões de vida justos no caso de cessão temporária de atividades piscatórias.

Como considera que a abordagem LEADER possa contribuir para a concretização dos objetivos definidos no programa MAR 2030? Como será efetuada a articulação das autoridades responsáveis pela gestão do MAR 2030 e as associações de desenvolvimento local?

A abordagem LEADER/DLBC

costeiro integra o objetivo estratégico de Portugal relativo à dinamização e coesão territorial. As Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) são concebidas por Grupos de Ação Local (GAL) com uma estreita ligação ao tecido social, económico e institucional de cada território, visando o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida das populações. Neste sentido, prevê-se uma abordagem territorial de promoção do desenvolvimento local e da diversificação das economias pesqueiras e cos-

teiras. São apoiáveis iniciativas empreendedoras e de criação do próprio emprego ou empresa, por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho, bem como o investimento para a expansão de micro e pequenas empresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia azul, que sejam geradores de novos empregos, além da conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, aqui se incluindo a preservação das tradições e identidade das comunidades locais. Esta abordagem estratégica e lógica de intervenção peculiar tem fomentado dinâmicas locais muito interessantes, estimulando o surgimento de projetos originais, como sejam os associados a circuitos curtos de distribuição ou as aldeias de mar, muitas vezes geradores de rendimentos complementares aos resultantes do exercício de atividades tradicionais como a pesca, ou até mesmo alternativos, nos casos de profissionais da pesca e afins que se convertem a outras atividades.



PROJETOS EXEMPLARES

CENTRO DE CONVÍVIO AMPLIADO

São Brás dá passos no envelhecimento ativo

O Centro de Convívio de São Brás ganhou, em agosto de 2022, uma nova vida. Foi inaugurada uma obra de ampliação, que criou um salão, anexado à Casa do Ginjão, onde funciona a valência.

“O projeto nasce da necessidade de ter os nossos idosos no centro de convívio num patamar mais térreo, ou seja, não terem de subir e descer escadas, porque a idade já não é a mesma”, conta o presidente da direção do Centro Comunitário de São Brás, Fausto Dâmaso.

Este espaço amplo acolhe também, por exemplo, os ensaios para os bailinhos de Carnaval da terceira idade e pode ser alugado aos sócios, pontualmente, para pequenas festas.

O projeto foi participado a 100% por verbas do programa PRORURAL+, visto revestir-se de um cariz marcadamente social, num montante de 45.964,57 euros.

A receptividade dos utentes “tem sido ótima”, assegura Fausto Dâ-

maso. “Passaram a reunir em baixo, é lá que fazem os seus jogos, todas as suas atividades”, descreve.

Esta resposta dirige-se às pessoas acima dos 65 anos, ainda com mobilidade. O Centro Comunitário de São Brás abrange outras valências, sendo estas uma ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas), centro de dia e duas residências assistidas.

“O espaço das residências assistidas, a ERPI e o centro de dia têm uma equipa de trabalhadores que asseguram todo o funcionamento da instituição. No caso do centro de convívio, temos um grupo de seis mulheres voluntárias que se encarregam de fazer as atividades semanais e, inclusivamente, com uma carrinha própria, vão buscar e levar os utentes a casa”, assinala.



RESPOSTA DA LADA PARA CASOS DE MÉDIA E LONGA DURAÇÃO

“Apoio de qualidade” a doentes deslocados

Os apartamentos para doentes deslocados por períodos mais longos, criados pela Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores (LADA) na freguesia da Ribeirinha, acolheram, desde 2020, 134 pessoas. Foram 1062 noites, que representam um “apoio de qualidade” a estes pacientes e acompanhantes

que chegam de outras ilhas do arquipélago, afirma o presidente da direção da LADA, João Enes. O projeto foi apoiado através de uma candidatura apresentada na GRATER, a fundos do programa PRORURAL+, no montante de 55.953,18 euros.

“A determinada altura, percebe-

mos que a procura era elevada para a nossa Casa Solidária, localizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Habitualmente, as pessoas vão para essa casa quando têm consultas e questões rápidas, mas começou a crescer o número de pedidos de longa e média duração”, recorda João Enes. Também se colocava uma necessidade de maior privacidade para quem permanece na Terceira mais tempo. “Na Ribeirinha temos uma casa, que já vinha de direções anteriores, e está protocolada com o ISSA (Instituto de Segurança Social dos Açores). Depois, percebi que havia terreno para trás, que era uma ruína. Fiz uma proposta em direção e em assembleia geral, que foi aprovada e, depois, apresentei a candidatura à GRATER, para avançarmos com dois T1”, conta.

Desde que abriam portas, os apartamentos recebem cada vez mais pessoas. João Enes deslocou-se à Graciosa, São Jorge e Pico, para dar a conhecer melhor esta resposta e também o trabalho da LADA que, frisa, “é da Região”. Grávidas, doentes oncológicos e insuficientes renais são os utentes mais abrangidos. “As pessoas têm mais privacidade, mais conforto, segurança e fica próximo do hospital”, resume o presidente da LADA.

Para João Enes, este é “um caminho que deve ser olhado e trilhado”, até porque tem provado ser de sucesso noutros países. “Temos de aumentar essa sensibilidade, seja a fazer casas de raiz através de associações como a LADA, seja o próprio Governo ou o hospital a estabelecer protocolos com residenciais ou apartamentos, ter camas convencionadas”, defende.



Os utentes chegam pela manhã, almoçam e lancham no centro de convívio e, depois, regressam às suas moradias.

Para Fausto Dâmaso, acompanhar as pessoas mais idosas nas várias fases do seu percurso é fundamental. “Uma sociedade que se quer com futuro tem de preservar o passado. São pessoas com histórias bonitas de vida. Muitas delas não terão já aptidões para trabalhar, mas podem ensinar muitas coisas às novas gerações. Estes espaços são muito importantes para proporcionar um envelhecimento ativo, com os outros idosos da sua freguesia”, afirma.

NOTÍCIAS

PROGRAMA DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2024

Modernização do setor agrícola é prioridade portuguesa



O Governo da República anunciou, no início de setembro, ter enviado à Comissão Europeia as prioridades e principais preocupações de Portugal para o Programa de Trabalhos da Comissão para 2024, entre as quais está “um ato digital rural para a modernização do setor agrícola”.

“Não obstante a necessidade de concentrar esforços para concluir vários dossiers legislativos em aberto antes das eleições para o

Parlamento Europeu em 2024, existem algumas áreas prementes que, na perspetiva portuguesa, exigem um esforço europeu coordenado, de forma a reforçar a União Europeia como uma casa próspera, moderna e segura para os seus cidadãos”, sustentou o Governo nacional, num comunicado.

“Das 15 propostas enviadas, destaque para uma iniciativa europeia de habitação acessível,

um enquadramento para a resiliência das superfícies aquáticas e a disponibilidade de água (Rewater UE), um mecanismo permanente de resposta a crises, um programa europeu de reconversão de trabalhadores para a dupla transição, um quadro europeu para a governança e resposta aos incêndios, um ato digital rural para a modernização do setor agrícola e uma estratégia europeia para a computação

avançada”, precisou. O Governo da República sublinhou que “as prioridades apresentadas são o resultado da consulta às várias áreas sectoriais, aos parceiros sociais e a outras partes interessadas da sociedade civil” e que “tal como aconteceu em 2022, esta iniciativa possibilita que Portugal possa ter uma voz proativa no planeamento da agenda legislativa da Comissão Europeia para o próximo ano”.

Estratégia de Desenvolvimento Local para a Graciosa e Terceira aprovada por unanimidade

A GRATER- Associação de Desenvolvimento Regional, reuniu, em assembleia-geral extraordinária, no dia 28 de agosto.

Na reunião, que decorreu na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, na Praia da Vitória, foi apreciada e votada a Estratégia de Desenvolvimento Local Rural 2023-2027, aprovada por unanimidade.

Foram apresentadas as linhas estratégicas, medidas e plano de ação a desenvolver nos próximos anos para as ilhas Graciosa e Terceira.



NOTÍCIAS

CANDIDATURA AO PROGRAMA LIFE 2023

Açores criam melhores condições para polinizadores

A secretaria regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural submeteu uma candidatura ao Programa LIFE 2023 na área temática da Iniciativa Europeia para os Polinizadores.

O objetivo é criar condições mais favoráveis ao refúgio, alimentação e dispersão de polinizadores numa diversidade de usos de solo agrícola e florestal.

Segundo o organismo do Governo Regional, o projeto “LIFE POLINIZADORES” tem um orçamento de quase três milhões de euros, para investimentos ao longo de seis anos, que pretendem melhorar o ‘habitat’ para os polinizadores.

“Para além do reforço da capacidade de produção de plantas destinadas aos trabalhos, nesta fase envolvendo os serviços de ilha da secretaria regional da Agricultura e Desenvolvimento

Rural nas ilhas das Flores, Faial, São Miguel e Terceira, o projeto LIFE POLINIZADORES prevê a sua posterior utilização para melhoria de habitats em cerca de 51 hectares das mesmas ilhas”, adiantou a secretaria regional da Agricultura.

Pretende-se que as intervenções decorram em áreas sob gestão do Governo Regional, mas também em terrenos privados de produtores agrícolas e florestais e áreas públicas concessionadas a terceiros.

A Comissão Europeia lançou os convites à apresentação de candidaturas para o financiamento de projetos no âmbito do Programa LIFE 2023. Para este ano estavam previstos 611 milhões de euros para projetos de conservação da natureza, proteção ambiental, ação climática e transição de energia limpa



CURIOSIDADES do mundo rural

As nossas filarmónicas

As bandas filarmónicas estão presentes nas várias localidades açorianas e são indispensáveis nas festas e como espaços de formação musical e de convívio. Mas como começaram na região?

“A instituição de formações musicais Filarmónica nas ilhas dos Açores remonta à década de 40 do século XIX, após a presença, em 1832 do Batalhão de Caçadores n.º 5 e do Regimento de Infantaria n.º 18 que acompanhavam D. Pedro IV aquando da sua visita à ilha de S. Miguel, que de imediato causaram admiração e interesse”, descreve a



“Enciclopédia Açoriana”, da direção regional da Cultura.

De acordo com a mesma fonte,

a primeira banda que se formou, instituída em 1845, foi a Sociedade Filarmónica Micaelense,

segundo-se “inúmeras sociedades harmónicas nas vilas e freguesias”.

Constituídas por instrumentos de sopro de palhetas, metal e percussão, “a sua atividade era direcionada sobretudo às classes populares, desempenhando-lhes funções recreativas e de sociabilidade e proporcionando-lhes a aprendizagem musical e instrumental, constituindo-se assim essencialmente de amadores, destacando-se a colaboração de músicos militares”.

Hoje, as filarmónicas são presença obrigatória nas nossas festas religiosas e profanas.